



PARECER PRÉVIO Nº 45/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10140/2013.

Apensos: Processo nº 12209/2014, 10564/2013 e 10086/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá

4- Exercício: 2012

5- Responsável: Mário José Chagas Paulain (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975 e Livia Rocha Brito - OAB/AM N. 6474

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3345/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, sob a responsabilidade do **Sr. Mário José Chagas Paulain**, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2012, nos termos do § 5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades 2.1 a 2.23, 27 e 2.29 a 2.35 do relatório desta proposta de voto e dos itens 1 a 5 do Relatório Conclusivo da DICOP (fls. 2373 a 2391);

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019



PARECER PRÉVIO Nº 45/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 45/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10140/2013.

Apensos: Processo nº 12209/2014, 10564/2013 e 10086/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Nhamundá

4- Exercício: 2012

5- Responsável: Mário José Chagas Paulain (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - 6975 e Livia Rocha Brito - OAB/AM N. 6474

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3345/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Nhamundá. Exercício de 2012.

Irregularidade. Alcance. Multa. Inabilitado. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, sob a responsabilidade do **Sr. Mário José Chagas Paulain**, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2012, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais e de dano ao erário, conforme as irregularidades 2.1 a 2.23, 27 e 2.29 a 2.35 do relatório da Proposta de Voto e dos itens 1 a 5 do Relatório Conclusivo da DICOP (fls. 2373 a 2391);

10.2. Considerar em Alcance o **Sr. Mário José Chagas Paulain**, Prefeito e Ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Nhamundá, exercício 2012, no valor de **R\$ 13.625.583,21**, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Nhamundá, em virtude de pagamentos realizados, mas sem a identificação *in loco* dos serviços e



ACÓRDÃO Nº 45/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

materiais adquiridos, conforme discriminação:

10.2.1. No valor de **R\$ 15.000,00** Despesas referente aquisição de Cestas Básicas, Nota de Empenho nº 2077/2012 de 16/05/2012, sem amparo legal;

10.2.2. No valor de **R\$ 476.807,41**, pela ausência das guias de recolhimento RPPS (Servidores e Patronal), assim como do Regime Geral de Previdência Social/RGPS/INSS:

a) IMPAN	VALOR	R\$ 28.186,81
b) IMPAN – FUNDEB	VALOR	R\$ 447.461,15
c) INSS – FUNDEB 60%	VALOR	R\$ 1.159,45

(impropriedade 2.35 do relatório da Proposta de Voto)

10.2.3. No valor de **R\$ 12.814.619,96** referente a serviços de engenharia não comprovados, conforme análise nos itens 16 e 17 da Proposta de Voto.

a) Serviços não executados	R\$ 4.499.693,47
b) Obras e Instalações	R\$ 1.051.830,66
c) Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.070.493,35
d) Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.451.285,97
e) Material de Consumo	R\$ 3.741.316,51

10.2.4. No valor de **R\$ 319.155,84** (trezentos e dezenove mil cento e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) apurado no Processo de Denúncia nº 12.209/2014 em anexo (decisão 155/2017-TP-TCE/AM) referente à obra não executada, acerca da Construção de Escola com 8 salas de aula na Comunidade Corocoró. – R\$ 1.276.623,36.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Mário José Chagas Paulain no valor de **R\$ 13.152,36** (1.096,03 por mês, na forma do inciso II do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Mário José Chagas Paulain no valor de **R\$ 43.841,28**, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002



ACÓRDÃO Nº 45/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

(RITCE/AM) em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 2.1 a 2.35 do Relatório da Proposta de Voto e dos itens 1 a 5 do Relatório Conclusivo da DICOP (fls. 2373 a 2391), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Inabilitar o Sr. Mário José Chagas Paulain por 05 (cinco) anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual, em virtude da existência de graves infrações por ele praticadas, nos termos do art. 54 da Lei Orgânica-TCE/AM;

10.6. Determinar:

10.6.1. o envio dos autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

10.7. Determinar o envio de cópia do Relatório da DICAMI (fls. 4174-4188), da DICOP (fl. 2373-2391), do Parecer Ministerial (fls. 4189-41966), da Proposta de Voto ao Ministério Público Estadual para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, conforme previsto na alínea "b" do inciso III do art. 190 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM);

10.8. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

10.8.1. não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

10.8.2. encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea "h" do inciso II do art. 32 da Lei 2423/96 e do §1º da Resolução 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;

10.8.3. dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos



ACÓRDÃO Nº 45/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei federal nº 10.028/2000), quanto aos RGF;
- 10.8.4. nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei federal nº 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei federal nº 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º da Lei federal nº 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, §1º da Lei federal nº 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8666/93), entre outras;
- 10.8.5. em caso de emergência que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93;
- 10.8.6. realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei federal nº 8.666/93;
- 10.8.7. utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei federal nº 8.666/93;
- 10.8.8. adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
- 10.8.9. atenda ao estabelecido no art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que prever Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- 10.8.10. cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- 10.8.11. cumpra com rigor a Lei federal nº 8.666/93 em especial:
- a) Formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade;
 - b) Formalização dos Contratos firmados;
 - c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação;
 - d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo: d1) número do processo e modalidade de licitação; d2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d4) campo específico do valor unitário e quantidade; d5) número do empenho



ACÓRDÃO Nº 45/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 45/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;

10.8.12. atenda com rigor os artigos 14; 16, 20 e 26 da Lei federal nº 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;

10.8.13. observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral